

Construção da nova democracia ambiental: democracia sem fim

Cláudio Di Mauro

✉ claudiodimauro@ig.ufu.br

Resumo

A discussão sobre a construção de uma realidade sustentada em outra racionalidade, diferente daquela que vige, solicita a constatação de como prevalecem as atuais condições de injustiça que tornam insustentável o atual modelo, sob o ponto de vista ambiental e, portanto, social. As propostas elaboradas em 2002 pelo *International Forum on Globalization* (IFG) são mostradas como instrumentos para a construção de uma outra democracia, que não se sustente nos conceitos neoliberais. Os compromissos firmados na Cúpula de Joanesburgo (Rio +10), consagrados pelas Nações Unidas, configuram as Metas de Desenvolvimento para o Milênio que devem ser conhecidas e acompanhadas pelos profissionais da Geografia, colaborando para que se consumem, ou que sejam conhecidos os motivos do não cumprimento.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: Nova democracia, democracia ambiental, sustentabilidade.

Introdução

Ao longo do tempo, as premissas da neutralidade das ciências fizeram com que uma parte significativa dos pesquisadores e professores se apartasse da sociedade. Predominaram as pesquisas puras, de base, que, reconhecidas em suas elevadas importâncias, se constituíram no refúgio daqueles que estavam de acordo com os fatos históricos que assolavam a humanidade, ou de outros, que desejavam ficar isentos, não se envolvendo com os assuntos dramáticos e perigosos. Muitos pesquisadores enveredam pelo caminho quantitativo, utilizando-se da matemática, procurando se convencer e aos outros, argumentando que os números são frios e não mentem, e que as técnicas devem prevalecer nas pesquisas¹. Apesar da importância dos dados quantitativos e do correto desenvolvimento e emprego das técnicas, as pesquisas nas ciências sociais tinham essa característica para evitar a exposição ideológica.

Ressalte-se que alguns pesquisadores e professores envolvidos nesses processos eram bem intencionados. Contudo, no geral, havia uma atitude deliberada de fugir à responsabilidade das análises e interpretações dos fatos sociais e políticos que conduziam e repercutiam na produção dos tempos e dos espaços. É salutar e necessária a explicitação dessas contradições e conflitos. Todos devemos saber que não ficamos impunes à história. A maneira de proceder adotada em determinados momentos de nossas vidas, ou seja, a construção do presente, é responsável pela história individual e coletiva que será diagnosticada e interpretada no futuro. Estamos vivendo no presente o reflexo do passado e adotando as opções que constroem os caminhos do futuro. Ninguém está ou ficará impune. Assim, neste momento da vida da humanidade, cabe aos educadores formais e informais a responsabilidade de auxiliar nossas comunidades a conhecerem suas realidades e alcançarem as condições necessárias para que possam lutar por uma melhoria nas suas formas de viver. Um novo pacto deve ser “gestado”, um pacto em favor da vida.

O mundo desigual é sustentável?

O discurso do desenvolvimento sustentável nos chama para uma discussão sobre a *sociedade sustentável* (RODRIGUEZ, 1998). Como antecedente e preparação para esse debate, contudo, há que se tratar do mais visível e gritante componente

1 Essa consideração em nada desmerece a importância das informações quantitativas. Pretende apenas chamar a atenção de que os números não são frios e sua utilização não guarda características de neutralidade. O Pesquisador e quem observa e analisa dados quantitativos terá uma história que serviu para construir suas concepções filosóficas e, portanto, a forma de conviver na realidade vigente. Em outras palavras, na pesquisa tecnológica e na ciência não há neutralidade.

das relações sociais e dos conflitos da sociedade com os demais componentes da natureza, ou seja, as desigualdades sociais e o modelo que as mantém.

O caráter concentrador da riqueza mundial atingiu números de extrema polarização. Neste início de milênio, as vendas totais das 200 principais empresas transnacionais são 25% maiores do que a somatória das atividades econômicas de todos os países do mundo juntos. O mesmo perfil pode ser traçado quanto às características do consumo mundial, na medida em que 20% da população mundial, concentrada nos países ricos e nas áreas ricas dos demais países, são responsáveis por cerca de 86% do consumo privado, enquanto os 20% mais pobres ficam com 1,3% dessas despesas de consumo. Vejamos que

[...] o quinto mais rico da população consome 45% de toda a carne e peixe (o quinto mais pobre, 5%), 58% da energia total (o quinto mais pobre, menos de 4%), tem 74% de todas as linhas telefônicas (o quinto mais pobre, 1,5%), consome 84% de todo o papel (o quinto mais pobre, 1,1%), possui 87% da frota de veículos a nível mundial (o quinto mais pobre 1%) (FELDMANN, 2003).

Se nessas condições de desigualdade social o consumo mundial está 20% acima da capacidade de suporte do planeta, então podemos considerar que essa forma de viver, nesse modelo, é insustentável. Vale dizer que não poderemos propor que a maneira como vivem as populações mais ricas seja o objetivo de nosso trabalho geográfico, e portanto de cidadania, para a construção da justiça social. A persistir o vigente modelo de globalização que pretende impor formas de viver que aspiram o consumo, fetichizando as mercadorias e o mercado, impondo uma cultura com desejos criados para se perpetuar, estaremos sendo conduzidos para o caos da Terra. Mas, também analisando os dados, verificamos que há setores sociais para os quais não podemos propor a redução do consumo, tendo em vista que lhes é impedido o acesso até mesmo ao indispensável. Os setores mais empobrecidos precisam ter respeitados os seus direitos de se alimentar, ter atenção à saúde, à educação, ao vestuário, à habitação, à terra, ao trabalho, ao lazer, pelo menos. Contudo, os países mais ricos e de visão “belicista” e armamentista, conforme assinalou Galeano (2003) no Fórum Social Mundial de Porto Alegre “[...] precisam da guerra, do mesmo modo que os fabricantes de agasalhos necessitam do frio”.

Nosso contraponto emancipatório a esse modelo, segundo Santos (2002), passa pelo combate a todas as formas arbitrarias das manifestações do poder, construindo uma Nova Democracia. No dizer de Gil (2003), “[...] todos esses males sociais são produtos de um determinado processo civilizatório [...]”, que precisa ser contraditado por uma

[...] crítica cultural de valores e das práticas que estão por trás de cada problema em tela. Isso vale para coisas tão variadas quanto o problema do lixo urbano, do transporte de massas, da sujeira nas praias, da poluição sonora, da mercantilização do ensino, do preconceito social, da discriminação racial, dos meninos de rua ou da transformação da saúde em mercadoria.

E conclui “[...] o que a crítica cultural dos ecologistas pretende, a todo momento, situa-se a partir dos momentos e movimentos de nossa realidade específica, é apontar para um outro horizonte. Para a possibilidade de um outro e novo modelo civilizatório”.

Reverendo o modo de viver

O novo processo civilizatório tem que ser construído por meio de um novo Contrato Social, que implica em imensas mudanças de hábitos de consumo, de relações com o poder, e das formas de viver. É importante que sejam organizados e revistos os conceitos e princípios que devem reger as relações de cooperação entre as sociedades, e delas com os demais componentes da natureza. Podem-se considerar e reafirmar algumas das propostas do *International Forum on Globalization* (IFG-2002), que publicou uma “Síntesis” com alternativas para a Globalização Econômica. São princípios indispensáveis para a vida da humanidade na Terra e que permitem a rearticulação nas relações locais e regionais:

- 1) **A Nova Democracia:** para a IFG, a democracia floresce quando as pessoas organizam-se para proteger suas comunidades, seus direitos e ficam atentas às ações de seus representantes políticos eleitos. Ao invés de se transferirem as responsabilidades governamentais para corporações globalizadas, deve ser buscado um modelo que atenda às necessidades essenciais da população e das comunidades. Em outras palavras, não é possível o fortalecimento das corporações globais com o enfraquecimento das populações locais. As comunidades locais devem ter o poder político e econômico para decidir tudo aquilo que as afetar e ao seu território. Esse é o caminho para garantir a autonomia das municipalidades, que também precisam estar articuladas em suas relações de interdependência com as outras localidades. Toda decisão de assunto que diga respeito a um município, nele deve ser tomada. Quando isso não puder ser atendido, então a decisão deve ser transferida à próxima esfera de governo, regional, nacional e, em última instância, com apoio internacional. Nesse sentido, fica reafirmada, no Brasil, a importância do Estatuto da Cidade e da organização de processos de construção dos orçamentos e planejamentos participativos, da realização das Conferências

das Cidades, bem como da criação e fortalecimento dos conselhos temáticos nos municípios. Também não há como pensar a democracia das cidades se mantidos os níveis de irregularidade e de segregação oferecidos pelos arranjos sócio-espaciais concentradores das riquezas urbanas. À medida que se ampliam os espaços de participação social no planejamento, com acompanhamento da execução e das prestações de contas, se estará caminhando para a construção de uma Nova Democracia que será capaz de influir em todas as esferas e níveis de governos. Destaque-se que não pode existir democracia sem que seja respeitado o direito à cidade, lugar onde vivem os cidadãos, ou seja, a democracia nas e das cidades. Sobre esse tema, sugerimos a leitura do Cuaderno de Trabajo n.º. 109, publicação eletrônica do Programa de Gestão Urbana (PGU) da Organização das Nações Unidas (ONU), sob o título “A Construção da Democracia em Rio Claro, São Paulo, Brasil” (ROMUALDO DIAS, 2003);

- 2) **Desenvolvimento Sustentável:** as economias devem atender às genuínas necessidades humanas, sem comprometer as necessidades das gerações futuras, preservando a diversidade natural do planeta para sustentar os ecossistemas e a vida sobre a Terra. Os bens naturais são patrimônios comuns e sobre eles temos direitos que são inalienáveis. Entre esses bens naturais estão a água, o ar, o solo, a fauna e a flora, dos quais temos dependência para a manutenção da vida na Terra. Não cabem as políticas que estimulam e patrocinam o desperdício dos bens sociais, entre eles os originários dos recursos naturais. Uma nova e moderna matriz energética terá que levar em conta as energias alternativas e renováveis, que são disponíveis para uso das economias e sociedades e que, contudo, não têm servido aos interesses das corporações internacionais e por isso não se estimulam os seus usos e pesquisas. Torna-se indispensável que as políticas públicas valorizem e ofereçam linhas de crédito para os processos de produção alternativa, como por exemplo o setor cooperativo e associativo. Assim é que a Economia Solidária e a Economia Social se constituem num importante setor que se mostra em franco desenvolvimento, apesar do pouco estímulo que recebe das esferas governamentais. Devem ser tomadas como tarefas do Estado brasileiro o apoio, a incorporação e a legalização dos imensos contingentes de trabalhadores que atualmente se situam no setor informal;
- 3) **Outros Patrimônios Comuns:** a cultura e o conhecimento são resultados da criação coletiva no mundo, através dos tempos e dos espaços; por isso, pertencem à humanidade e não devem ser monopolizados. A humanidade

tem acumulado conquistas básicas, como por exemplo, nas áreas da saúde, da educação, da seguridade e do bem estar social, indispensáveis para a manutenção da vida, devendo ser asseguradas para todas as pessoas;

- 4) **Direitos Humanos:** proclamados em 1948 pelos governos na ONU, foram reconhecidos os direitos básicos como “direito a uma vida digna [...], saúde e bem estar [...], incluindo alimentação, vestuário, moradia e serviços médicos, todos os serviços sociais, o direito previdenciário em caso de desemprego”. O respeito a esses direitos deve ser acompanhado do respeito aos direitos individuais, civis e políticos, que também são primordiais;
- 5) **Trabalho e Emprego que Garantam a Sobrevivência:** As sociedades sustentáveis devem proteger os direitos de seus trabalhadores formais, bem como os daqueles do setor informal e dos que estão desempregados. Para isso, precisamos rever as políticas globalizantes que expulsam os agricultores e os povos das florestas e da terra, assim como os pescadores artesanais de seus ecossistemas costeiros e fluviais. Devem ser estimuladas as formas alternativas de organizações encontradas pelas populações locais, criativas e capazes de buscar os frutos de sua sobrevivência;
- 6) **Garantia de Alimentação e de Alimentos:** As comunidades e as nações somente poderão conseguir estabilidade e segurança quando nelas não existir a fome, ou seja, quando houver condições para produzir e se abastecer dos alimentos indispensáveis. Além disso, cresce o interesse pela alimentação saudável, que não pode ser submetida aos interesses transnacionais que disseminam os produtos químicos em forma de defensivos agrícolas e agrotóxicos em geral;
- 7) **Igualdade:** A globalização tem aprofundado as brechas e fendas das desigualdades sociais e entre as nações ricas e pobres. Essa tem sido a maior ameaça para a paz mundial fora e dentro das fronteiras das nações. A maior equidade entre os povos é indispensável para o fortalecimento e implantação da democracia e das sociedades sustentáveis. Nesse aspecto, o mundo tem que discutir e rediscutir o endividamento externo dos países pobres. Para isso, torna-se indispensável uma revisão dos organismos e instituições que estabelecem as regras para controle de todo o mundo, que deverão se fundamentar nos princípios da justiça social e global;
- 8) **Respeito à Diversidade:** o modelo da globalização vigente tem procurado homogeneizar as paisagens naturais e arquitetônicas, as culturas, expressas

por suas vestimentas, religiosidade, idiomas, alimentos, música, o comércio, enfim, os estilos de vida e até mesmo os valores que se diferenciaram nos tempos e nos espaços estão sendo afetados pelos interesses empresariais “globalizantes”. Isso não é bom para o mundo. A vida é mais saudável e muito mais rica quando se expressa por meio das biodiversidades biológicas, sócio-culturais e espirituais;

- 9) **Respeito a Prevenção e Precaução:** quando a produção de alimentos e medicamentos, por exemplo, apresenta algum tipo de incerteza científica sobre os riscos que eles poderão ocasionar para a saúde humana e para o meio ambiente, devem ser adotadas medidas de prevenção para restringir seu uso, até que sejam apresentadas as comprovações sobre suas consequências. Aqueles que produzem essas mercadorias devem ficar com a obrigação de comprovar tal sanidade e se responsabilizar pelas consequências adversas que porventura aconteçam.

Esses pontos assinalados pela IFG são importantes para nossa reflexão metodológica de engajamento; contudo, mesmo reconhecendo as limitações das negociações firmadas na Cúpula de Joanesburgo (Rio +10), ainda assim, foi estabelecido um compromisso das Nações Unidas no qual se definiram as Metas de Desenvolvimento para o Milênio. Os compromissos que precisam ser atingidos até 2015 são:

- 1) Estima-se que 1,2 bilhão de pessoas vivam com menos de 1 dólar por dia. Esse número deverá ser reduzido para, pelo menos, a metade. Muitas são as possibilidades de a educação colaborar com os programas de redução da pobreza e de geração de renda para as populações mais empobrecidas, especialmente colaborando com o aumento da cidadania e oferecendo os instrumentos coletivos de luta em favor da justiça social e da distribuição da riqueza;
- 2) Estima-se que cerca de 113 milhões de crianças estão fora das escolas. Em Joanesburgo, foi assumido o compromisso de universalizar a educação primária. Os mapas da pobreza das áreas urbanas e rurais podem colaborar com a definição das ações do programa e oferecer conteúdos curriculares. Os mapeamentos nas áreas do entorno das escolas, com participação dos alunos, poderão colaborar com o desenvolvimento da cidadania. O professor de

História poderá contar o processo de construção da cidade nas proximidades da escola, e assim por diante;

- 3) Homens e mulheres precisam ser tratados com equidade, principalmente na educação, pois sabemos que dois terços (2/3) dos analfabetos do mundo são mulheres. A preparação e o desenvolvimento da cidadania das mulheres excluídas são tarefas que cabem a todos os profissionais que possuem formação ética para essa atividade. Ao mesmo tempo, podem ser oferecidos treinamentos para melhorar as condições de vida nos lugares habitados por essas populações empobrecidas. O conhecimento da solidariedade pode ser utilizado como um dos instrumentos de emancipação;
- 4) A mortalidade perinatal e das crianças antes de completar 5 anos atinge no mundo números catastróficos. o esforço para a preparação do parto (pré-natal), a atenção com vacinação e atendimento preventivo terão que reduzir esse número em dois terços. Muitas das *causas mortis* das crianças são devidas às condições de sanidade no lugar e às relações com os demais componentes da natureza. Colaborar com essas populações com apoios técnicos para que elas se preparem para os embates sociais e conquistas de direitos constitui-se em importante elemento de colaboração social;
- 5) O conceito de desenvolvimento sustentável deve estar contemplado nas políticas públicas de todos os países membros. Não há futuro para a humanidade se o presente não for construído com sustentabilidade, oferecendo todas as garantias para a vida dos nossos descendentes. Neste tópico, a educação² tem uma função indispensável, em todos os seus campos de atuação;
- 6) A meta de universalizar o acesso à água potável deve passar, até 2015, pela redução de 50% daqueles que sofrem de sua falta. A colaboração para mapeamento e o empenho para organização das comunidades no processo de organização de canais de reivindicação, além da possibilidade de colaborar com o planejamento para encontrar as soluções para esta situação, são contribuições plausíveis para as pesquisas e os trabalhos dos educadores;
- 7) Combate efetivo às doenças infecto-contagiosas, por meio de vacinações e das

2 Quando este texto se refere à importância da educação, está inserido o conceito de Educação Emancipatória, conforme abordagem de Boaventura de Sousa Santos (2002). Este esclarecimento se faz necessário tendo em vista que a educação formal geralmente é reprodutora do modo vigente de viver e produzir, não se constituindo em instrumento de transformação das realidades e nem objetivando uma outra racionalidade.

demais políticas públicas preventivas, incluindo a malária, as doenças parasitárias e a AIDS. Conhecimento das condições ambientais e dos processos para superação das dificuldades nos locais de habitação e vida são instrumentos de transformação;

- 8) Acesso ao crédito, revisão e redução das dívidas externas dos países que precisam de apoio e assistência nas políticas de desenvolvimento com sustentabilidade. A preparação de projetos e programas de ação das comunidades deve contar com a colaboração dos educadores.

O acompanhamento pelos profissionais da Geografia, verificando se os princípios e a ética das Nações Unidas e do IFG se consumam, ajudará na compreensão das realidades locais, suas articulações regionais e nacionais. Ações de pesquisadores e educadores são importantes para verificar o estabelecimento do pacto que objetiva a construção de um novo modelo de globalização.

Bibliografia

- DIAS, Romualdo. A construção da democracia em Rio Claro, São Paulo, Brasil. *Cuadernos de Trabajo*, n. 109, Quito, 2003.
- FELDMANN, Fábio. A parte que nos cabe: consumo sustentável? - In: TRIGUEIRO, A. (org.). *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- INTERNATIONAL FORUM ON GLOBALIZATION. *Síntesis: ¡Un mundo mejor es posible! Alternativas a la globalización económica*. San Francisco: International Forum on Globalization, 2002.
- GIL, Gilberto. Algumas notas sobre cultura e ambiente. In: TRIGUEIRO, A. (org.). *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- RODRIGUEZ, José Manoel Mateo. Havana: Universidade de Havana, 1998. Mimeografado.

Sobre o autor

Cláudio di Mauro: Bacharel e Licenciado em Geografia pela Faculdade "Auxilium" de Filosofia Ciências e Letras de Lins (FAL-1971). Mestre (1981) e Doutor (1989) em Geografia Física pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é docente adjunto nível I da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no Instituto de Geografia (IG).

* * *

ABSTRACT

Construction of the new environmental democracy: democracy without end

The discussion about the construction of a reality based on other rationality, different from the one that it is valid, requires the observation of how the conditions of social injustice prevail and how they make the current model unsustainable in terms of environmental and social point of view. The proposals elaborated in 2002, by the International Forum on Globalization (IFG), are instruments to construct a kind of democracy that does not support neoliberal concepts. The commitment assumed at the cupola meeting in Johannesburg (Rio+10), consecrated by the United Nations, configured The Millennium Development Goals that must be known and followed by professionals in Geography, in order to be consummated or to be known. It is important to know the reasons why they have not been carried out.

KEYWORDS: new democracy, environmental democracy, sustainability.

RESUMEN

Construcción de la nueva democracia ambiental: la democracia sin poner fin.

La discusión sobre la construcción de una realidad sostenida en otra racionalidad, diferente de la que vige, hace un llamamiento a la observación de la forma prevalente las condiciones actuales de la injusticia que hacen insostenible el modelo actual, desde el punto de vista medioambiental y, por ende, social. Las propuestas elaboradas en 2002 por el Foro Internacional sobre la Globalización (IFG) se muestran como instrumentos para la construcción de otra democracia, que no sostenga conceptos neoliberales. Los compromisos asumidos en la Cumbre de Johannesburgo (Rio+10), consagrados por las Naciones Unidas, configuran los Objetivos de Desarrollo del Milenio, que deben ser conocidos y seguidos por los profesionales de la geografía, colaborando para su realización y para que se conozcan los motivos del incumplimiento.

PALABRAS CLAVE: nueva democracia, medio ambiente democracia, sostenibilidad.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

Artigo recebido em novembro de 2011. Aprovado em dezembro de 2011.